

Tempos modernos, jornadas antigas



UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Reitor

MARCELO KNOBEL

Coordenadora Geral da Universidade

TERESA DIB ZAMBON ATVARIS

EDITORIA
UNICAMP

Conselho Editorial

Presidente

MÁRCIA ABREU

EUCLIDES DE MESQUITA NETO – IARA LIS FRANCO SCHIAVINATTO

MAÍRA ROCHA MACHADO – MARIA INÊS PETRUCCI ROSA

OSVALDO NOVAIS DE OLIVEIRA JR. – RENATO HYUDA DE LUNA PEDROSA

RODRIGO LANNA FRANCO DA SILVEIRA – VERA NISAKA SOLFERINI

PIETRO BASSO

TEMPOS MODERNOS,
JORNADAS ANTIGAS

Vidas de trabalho no início do século XXI

TRADUÇÃO

Patrícia Villen

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990. Em vigor no Brasil a partir de 2009.

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO
SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNICAMP
DIRETORIA DE TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO
Bibliotecária: Maria Lúcia Nery Dutra de Castro – CRB-8ª / 1724

B295t Basso, Pietro.

Tempos modernos, jornadas antigas: vidas de trabalho no início do século XXI / Pietro Basso; tradução: Patrícia Villen. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2018.

1. Trabalho. 2. Horário de trabalho. 3. Desemprego. 4. Neoliberalismo. 5. Globalização. I. Villen, Patrícia. II. Título.

CDD - 331
- 331.257
- 331.137
- 320.51
- 303.482

ISBN 978-85-268-1393-9

Título original: *Tempi moderni, orari antichi. Lorario di lavoro a fine secolo*

Copyright © by Pietro Basso

Copyright © 2018 by Editora da Unicamp

Direitos reservados e protegidos pela lei 9.610 de 19.2.1998.

É proibida a reprodução total ou parcial sem autorização,
por escrito, dos detentores dos direitos.

Printed in Brazil.
Foi feito o depósito legal.

Direitos reservados à

Editora da Unicamp
Rua Caio Graco Prado, 50 – Campus Unicamp
CEP 13083-892 – Campinas – SP – Brasil
Tel./Fax: (19) 3521-7718/7728
www.editoraunicamp.com.br – vendas@editora.unicamp.br

À memória de Erasmo, trabalhador agrícola autodidata de Cassano Murge (Bari), que me fez descobrir, desde criança, a extraordinária força dos trabalhadores que têm consciência de si e das relações sociais atuais, e a profunda aspiração desses trabalhadores por uma sociedade de livres e iguais. Essa aspiração é também a minha.

Agradecimentos

Embora eu já tenha tido a honra de ver este meu estudo traduzido em língua inglesa e francesa, estou feliz de vê-lo agora publicado pela Editora da Unicamp, a quem expressei meu reconhecimento. O mundo e o mundo do trabalho estão cada vez mais unidos, mesmo se na mais extrema das desigualdades; por isso me alegro que uma pesquisa como esta – que tratou em grande parte dos países ocidentais, que ainda dominam o mundo ou querem dominá-lo – tenha alguma coisa, e espero que mais do que simplesmente alguma coisa, a dizer aos leitores e às leitoras de língua portuguesa.

Agradeço calorosamente a Ricardo Antunes, um estudioso que estimo pela lucidez e pela paixão com que examinou o violento processo de transformação das condições de trabalho, de vida e de organização dos trabalhadores ocorrido nas últimas décadas, por ter tornado possível esta edição.

Deixo um agradecimento igualmente caloroso a Patrícia Villen e a Bruno De Conti pelo cuidado e pela inteligência dedicados à tradução e à revisão da tradução deste livro. Traduzir é uma atividade complexa, áspera, difícil, que pode ser bem desenvolvida apenas se quem traduz é capaz de compreender a fundo e, de alguma forma, sentir como seu o que traduz. Tive, com Patrícia e Bruno, essa sorte.

Sumário

<i>Prefácio à edição brasileira</i>	11
<i>Introdução</i>	27
CAPÍTULO I – <i>A questão das horas de trabalho</i>	41
CAPÍTULO II – <i>As tendências de longo prazo</i>	65
A profecia de Keynes.....	65
A dura réplica da história.....	69
A situação nos Estados Unidos e no Japão.....	75
A situação na Europa.....	83
O prolongamento e a reestruturação das jornadas depois da crise de 1974-1975.....	90
Progresso técnico, lucro, tempo de trabalho.....	103
CAPÍTULO III – <i>A confirmação dos anos 1990</i>	113
A difusão do toyotismo.....	113
A difusão da jornada variável.....	127
O trabalho por turno.....	132
A difusão das políticas neoliberais.....	142
Jornadas (oficiais) e produtividade do trabalho.....	150
CAPÍTULO IV – <i>Respostas a algumas objeções</i>	169
Os números de hoje e de ontem.....	169
A força motriz da redução da jornada.....	182

A unidade mais adequada para medir o tempo de trabalho.....	188
Um retorno ao século XIX?.....	194
A pretensa Disneylândia do “terciário”.....	204
A pretensa diversidade da Europa.....	217
A pretensa panaceia do regime de meio período.....	224
Quantidade e qualidade.....	229
<i>Apêndice A – A segunda Pesquisa Europeia sobre as condições de trabalho (1997).....</i>	<i>243</i>
<i>Apêndice B – Vietnam: Turnos de 24 horas contínuas.....</i>	<i>254</i>
CAPÍTULO V – <i>Em direção às 35 ou às 45 horas?.....</i>	<i>259</i>
O caso alemão.....	259
O caso francês.....	277
O caso italiano.....	293
CAPÍTULO VI – <i>Tempos modernos, jornadas antigas: Um enigma?.....</i>	<i>311</i>
Teses do neoliberalismo.....	311
Primeiros elementos para uma explicação crítica.....	324
<i>Trabalho social, apropriação privada.....</i>	<i>324</i>
<i>O capitalismo, produção para o lucro.....</i>	<i>329</i>
<i>Lucro, tempo de trabalho não remunerado.....</i>	<i>332</i>
<i>O uso capitalista da ciência e da técnica.....</i>	<i>335</i>
<i>O paradoxo da produtividade do trabalho.....</i>	<i>341</i>
<i>Mundialização e jornada de trabalho.....</i>	<i>350</i>
<i>Bibliografia.....</i>	<i>363</i>

Prefácio à edição brasileira

Este livro se ocupa do trabalho assalariado, dos trabalhadores assalariados.

A condição desses trabalhadores é aqui analisada no tocante à “questão” do tempo de trabalho, o centro e o motor do sistema social dos tempos em sua integralidade. São examinados o estado atual das jornadas de trabalho, a direção que estão tomando e a forma como condicionam todo o tempo de vida dos trabalhadores. Por meio dessa investigação, são trazidas à luz as crescentes penas que incidem sobre aqueles que vivem do próprio trabalho. Ao mesmo tempo, também analiso o caráter *radicalmente antisocial, irracional*, da sobrecarga de trabalho imposta a centenas de milhões de assalariados e assalariadas, enquanto muitos outros, homens e mulheres, são forçados, contra sua vontade e suas expectativas, ao desemprego ou a sobreviver mal em qualquer empreguinho precário e ocasional.

O final do século passado e o início do novo século foram o contexto em que escrevi este livro, que já conta com edições em três línguas (italiana, inglesa e francesa).¹ A motivação para escrevê-lo foi demonstrar que, em todos os países do Norte do mundo, a jornada de trabalho média dos assalariados está se tornando, há décadas, *cada vez mais intensa, longa e pesada*, em todos os setores

(na indústria, na agricultura e nos chamados serviços). O propósito foi também mostrar tanto as causas profundas dessa trajetória aparentemente paradoxal do tempo de trabalho, quanto suas devastadoras implicações sobre a vida dos trabalhadores, ocupados e desocupados.

Desde então, os ulteriores desenvolvimentos da globalização neoliberal e a eclosão da grande crise de 2008 aguçaram, e até mesmo exasperaram, as tendências ilustradas nestas páginas, o que me encoraja a reivindicar aqui, diante dos novos leitores, ter obtido uma pequena vitória teórica. Na época em que a escrevi, minha tese estava na contracorrente da opinião dominante nas ciências sociais e em atrito com a disseminada indiferença no tratamento dessa temática. Hoje, essa tese se sustenta em uma grande massa de fatos, dia após dia mais impressionantes. São fatos relativos, sobretudo, aos países europeus e aos Estados Unidos, mas também envolvem os tão celebrados Brics, notadamente o Brasil e a China. Neste Prefácio, limitar-me-ei a indicar apenas os fatos mais relevantes, pois o seu exame detalhado requereria um novo livro, tarefa que deixo, com muito prazer, aos estudiosos mais jovens.

Começamos pela Europa, particularmente pela França, que ergueu diante de outras nações a bandeira da “conquista civilizatória” das 35 horas. Lá, o assalto conjunto do patronato e dos governos de direita e de esquerda às 35 horas, para derrubá-las, já está hoje efetivado. O ataque começou em 2003, com a Lei Fillon, que elevou as horas extras anuais permitidas de 130 para 200 horas, e prosseguiu com a redução da tributação sobre essas horas extras. Por iniciativa de algumas grandes empresas (Moulinex, Doux, Cattinair, Bosch, Eurocopter, Nezens, Arcelor, as maiores empresas de hotelaria), o ataque se ampliou por meio de medidas unilaterais para o prolongamento das jornadas, quase sempre sem o aumento dos salários. O seu ápice foi atingido em

2015-2016 com a Lei Macron, que ampliou bastante a obrigatoriedade do trabalho aos domingos – pelo abatimento da elevação salarial prevista –, equiparou o trabalho noturno (inclusive de madrugada) ao trabalho diurno, ampliou a duração da jornada diária legal para até 12 horas e a semanal para 60 horas. Isso tudo foi seguido pela decisão do Senado de reintroduzir as 39 horas no lugar das 35 horas, que representou um passo adicional do apoio estatal à supressão de todas as barreiras legais à liberdade de explorar o trabalho. Contudo, a Medef, a associação dos industriais, ficou ainda insatisfeita e pretende ir além: é a concorrência internacional que “nos” obriga a prolongar as jornadas e a reduzir os salários! Se os trabalhadores franceses querem ter salários mais altos, devem trabalhar mais. E ponto.

Na Alemanha, o caminho é análogo. O argumento-chave não se baseia tanto nos atuais baixos salários dos trabalhadores com vínculo empregatício estável – que ainda estão entre os mais altos do Ocidente –, mas, principalmente, na retomada da economia nacional, semiestagnada há muitos anos. A ameaça utilizada é a deslocalização para o Leste – dentro e, principalmente, fora da Alemanha. Com base nessa chantagem, em abril de 2004, a Siemens impôs aos operários da planta de Bocholt um acordo que foi considerado “um divisor de águas na história econômica da República Federal”:² o retrocesso das 35 às 40 horas sem nenhum aumento salarial e a abolição do décimo terceiro e do décimo quarto salários, que significou um corte equivalente a 15% do salário anual. Outros colossos do capitalismo renano, como Opel, Philips e Daimler, seguiram esse exemplo virtuoso. Em Eisenach, na ex-Alemanha Oriental, a Opel, por exemplo, obrigou os trabalhadores e os sindicatos a aceitar uma jornada semanal de 47 horas em troca da promessa – não mantida – de não demitir. De resto, as próprias estatísticas são eloquentes: na Alemanha, o percentual de trabalhadores masculinos com uma jornada semanal

de 36 a 39 horas despencou de 53% em 1995, para 21% em 2008; no mesmo período, a proporção dos que trabalham em média 40 horas aumentou de 31% a 46%.³ E a realidade efetiva das jornadas é ainda mais pesada nas pequenas e médias empresas, em que é normal trabalhar mais do que o previsto pelos contratos nacionais.

Já na metade da década passada, o social-democrata Gerhard Schröder e a democrata-cristã Angela Merkel, com grande cumplicidade, explicaram que era necessário *trabalhar mais*. A contrarreforma geral do mercado de trabalho, chamada de “Agenda 2010”, preparou o terreno para essa “necessidade” com seus cortes pesados aos vários tipos de salários indiretos e com as medidas de incentivo ao trabalho temporário. Nesse mesmo sentido, a Alemanha, reconhecida por sua “economia social de mercado” e pela *Mitbestimmung*, assumiu o receituário neoliberal que prevê as reduções dos salários e o prolongamento-intensificação das jornadas de trabalho.

Obviamente, a situação não é melhor no Sul da Europa. O recorde das jornadas longas foi batido pelo país europeu mais atingido pela crise, a Grécia, cujos ocupados estáveis (um número muito reduzido) têm uma jornada média anual muito próxima aos níveis do México, da Costa Rica e da Coreia do Sul, a despeito de uma taxa de desemprego já há muitos anos superior a 25%.⁴ Na Itália, as grandes empresas de distribuição (Carrefour, Coop, Auchan) lançaram uma corrida desesperada para a abertura dos seus supermercados aos domingos e à noite e para a supressão de todos os feriados, inclusive o 1º de Maio, enquanto empresas como a Fiat-Chrysler estão levando a níveis insustentáveis a intensidade do trabalho e a velocidade de execução das tarefas repetitivas. As pausas são cortadas continuamente; na Sevel, de Atesa (do grupo FCA), aconteceu até de um trabalhador urinar nas calças, porque lhe foi negado o direito de ir ao banheiro. Esse é

o ponto extremo de uma tendência geral – ainda mais marcada nas micro e pequenas empresas – que combina a asfixiante intensidade do trabalho com o prolongamento das jornadas. O absentismo é combatido com a vexaminosa repreensão pública daqueles que tiveram mais faltas, independentemente de terem sido por motivo de doença verdadeira (isso aconteceu na fábrica de torneiras Nobili, de Suno); em empresas como a famosa Ferrari, de Maranello, a pressão empresarial chegou a ponto de conseguir quase zerar as faltas. A situação não é mais leve nas estruturas de saúde ou dos serviços sociais, nas quais houve uma redução de até mesmo 50% dos funcionários – ligada aos cortes das despesas sociais – que engendrou uma verdadeira montanha de horas extras não remuneradas, nem compensadas, e uma duríssima sobrecarga de trabalho. Mas o pior está nas áreas rurais, onde as empresas do *agribusiness* e os proprietários de terra utilizam “capatazes” e organizações criminosas para extorquir – com jornadas de 12-15 horas por dia e remunerações que chegam a ser de 2,5 a 3 euros por hora – os proletários imigrantes indocumentados, por isso mais expostos a chantagens. Pior que isso, só o trabalho de 24 horas por 24 horas de cuidado das centenas de milhares de trabalhadoras imigrantes – ucranianas, romenas e moldavas –, que já provocou em muitas delas uma nova forma de profunda depressão, denominada “síndrome Itália”... Os governos italianos das últimas décadas apoiaram incondicionalmente essas tendências e as intermináveis reivindicações das empresas, rasgando em pedaços todo o Código de Trabalho, fruto de muitos anos de lutas operárias, e introduzindo formas sempre mais radicais de trabalho precário legalizado, como os estágios, os *vouchers* (bônus de horas) e o trabalho gratuito (que é reservado, até o momento, aos solicitantes de refúgio).⁵

Se do Sul da Europa nos deslocamos para o Leste, o quadro se torna ainda mais sombrio. Basta citar o caso de um país como a

Sérvia, que, até os anos 1980, tinha níveis salariais muito próximos aos italianos e hoje tem um salário mínimo legal de 1 euro por hora. Isso torna inevitável fazer jornadas de trabalho sem fim para poder apenas *sobreviver*.

O argumento obsessivo usado para justificar essa devastação da existência dos trabalhadores e das trabalhadoras é o mercado, a competição do mercado. Do *mercado mundial*, entenda-se. E a lei da competição não é outra coisa senão a lei do *indefinido rebaixamento do valor da força de trabalho*. No mercado, vence quem aperta mais o trabalho, impulsiona ao máximo a sua produtividade, e o remunera menos em proporção ao valor produzido. Essa é a única regra que a concorrência intercapitalista aceita de bom grado. Qualquer outra regra é, para os capitalistas, um estorvo. Os contratos nacionais de trabalho são um estorvo. São um estorvo, de forma geral, todas as regras que limitam de alguma maneira a liberdade de movimento das empresas, a começar pela liberdade para assumir e demitir segundo a única lei do custo obrigatoriamente decrescente da força de trabalho. São um estorvo, obviamente, os sindicatos (até mesmo os mais colaborativos) e, em especial, as formas mais genuínas de auto-organização dos operários e dos assalariados. Decididamente, esses estorvos devem ser removidos, em particular pela *new economy*, pois, do contrário, poderiam cortar as asas dessas empresas. Desregulamentação, flexibilidade ilimitada – são esses os imperativos categóricos das empresas e dos Estados na Europa, também (e sobretudo) em relação às jornadas de trabalho. Pouco importa se isso coloca em risco a segurança dos trabalhadores (e dos cidadãos); em 2013, por exemplo, a Comissão Europeia impôs para os pilotos de avião um regime normal de 11 horas de voo noturno, 14 horas consecutivas de serviço, 22 horas acordados antes de fazer uma aterrissagem... É surpreendente que 50% deles se sintam supercansados e muitos recorram a drogas e álcool para resistir?⁶

É um *retorno* ao passado, *ao antigo*. Porque, junto com o ulterior desenvolvimento da produtividade do trabalho – logo, da mais-valia relativa –, essa trajetória do tempo de trabalho prevê também o recurso à “velha” mais-valia absoluta, às jornadas de trabalho mais longas. Porque, junto com a máxima intensificação do tempo de trabalho, prevê a sua máxima flexibilidade, a completa “disponibilidade” do tempo de vida dos assalariados para as empresas, tornando mais incertas as fronteiras entre tempo de trabalho e tempo global de vida. Porque, junto com a redução dos salários, prevê sua crescente subordinação aos montantes de lucros atingidos pela empresa (o que é ainda pior que o salário por peça) e uma parcela de horas extras sistematicamente não remuneradas. Porque acumula velhos e novos riscos para a saúde dos trabalhadores. Porque tende novamente, como no capitalismo originário, a expulsar qualquer forma de organização dos trabalhadores e de organização sindical dos locais de trabalho e da vida social. Um retorno ao antigo que, porém, não mais prevê – diferentemente do que ocorria no século XIX – a intervenção mediadora dos Estados, voltada a impedir um desgaste muito rápido da força de trabalho. De fato, vivemos na época histórica da máxima superabundância de força de trabalho inativa e desocupada, sendo que se consegue desgastá-la à vontade, sem muitos obstáculos.

No início do século XXI, essa é a Europa das empresas e dos governos – com uma diferença entre governos de direita e de centro-esquerda que se reduziu a um mínimo. Uma Europa que não pretende mais ter um DNA social diferente do estadunidense e do asiático, e não tem vergonha de declarar: “Sonho em ver desabrochar no meu território *jornadas estadunidenses e salários asiáticos*”. De resto, ao final das quatro décadas neoliberais, o campo da competição se tornou mundial em quase todos os setores, a começar pela indústria manufatureira. Afinal, realizou-se

uma inédita e radical transformação da divisão internacional do trabalho, que pôs fim ao secular monopólio ocidental da produção industrial; hoje, 80% dessa produção ocorre fora do perímetro dos países ocidentais, embora continue, geralmente, sob o controle de empresas transnacionais com sede no Ocidente. Ao mesmo tempo, cresceu enormemente a parcela de força de trabalho imigrante presente nos países ocidentais. Como resultado desses dois fatores, torna-se *cada vez mais direta*, na Europa e nos Estados Unidos, a concorrência entre os “privilegiados” trabalhadores e trabalhadoras dos países ocidentais* e os superexplorados trabalhadores e trabalhadoras dos países de nova industrialização, que produziu, até o momento, um progressivo movimento *para baixo* das condições de trabalho médias nos países ocidentais, com sua progressiva aproximação (partindo de uma distância muito acentuada) com aquelas dos países emergentes.⁷

Quanto aos Estados Unidos e à sua disseminada realidade de jornadas de trabalho cada vez mais longas, um economista de Harvard⁸ foi icástico, recentemente, ao dizer: “Most American are too poor to work less”.** E de fato surgiu nos Estados Unidos, nas últimas décadas, a primeira grande empresa da história do capitalismo que passou a seguinte mensagem inédita para os seus funcionários: “Não pensem que o salário Walmart seja suficiente para vocês viverem”; em outras palavras, busquem também um segundo trabalho, porque aqui nós pagamos pouco. O que é completamente verdadeiro. Já expliquei, em outro estudo, que essa empresa, a maior do mundo em número de empregados e com uma rede gigantesca de negócios, se propõe como um verdadeiro

* O autor utiliza o termo Ocidente como sinônimo de “países centrais”, fazendo alusão, nomeadamente, a Estados Unidos, Europa Ocidental, Canadá e Japão. (N. da T.)

** “A maioria dos americanos é muito pobre para trabalhar menos.” (N. da T.)

“novo modelo”, capaz de combinar taylorismo e toyotismo. Um modelo de empresa caracterizado por baixos salários, fundado essencialmente na exploração do trabalho feminino, com uma obsessão especial por zerar os “tempos mortos”, e no qual as horas extras não são remuneradas. Uma empresa que assume como sua *missão moral* reduzir o valor do trabalho vivo também nas dezenas de milhares de empresas fornecedoras e subfornecedoras, um verdadeiro *arquipélago gulag* mundializado, por meio da implacável aplicação do método *plus one*.⁹ Uma empresa – é desnecessário dizer – sem sindicato, para a qual nenhum sacrilégio é maior do que o “furto do tempo”... por parte dos assalariados, entenda-se. Quanto ao roubo do tempo de vida dos trabalhadores, ao contrário, não se coloca nenhuma ressalva. E não se trata de uma exceção. As grandes empresas estadunidenses de produção de frango, por exemplo, foram denunciadas pela Oxfam porque nos seus estabelecimentos existe uma pressão temporal tão extrema sobre os trabalhadores das linhas de produção que os obriga, em muitos casos, a urinar e defecar enquanto trabalham, a usar fraldas, a reduzir ao mínimo a ingestão de líquidos, assumindo por conta própria o risco implicado, que é maior para mulheres, especialmente se estão grávidas ou no período menstrual.¹⁰

O que dizer da Amazon, a *empresa-símbolo de última geração*? Uma pesquisa do *New York Times* de agosto de 2015¹¹ documentou condições de trabalho desumanas, com semanas laborais de até 80 horas, turnos estafantes pela intensidade e pela velocidade das prestações demandadas, trabalhadores constantemente monitorados e estimulados a produzir mais, empregados obrigados a enviar *e-mails* também durante a noite ou a espiar seus próprios colegas, mulheres forçadas a melhorar sua *performance* mesmo tendo câncer, e paramos por aqui: já é o bastante, não? O mais importante é que as *empresas emergentes em escala mundial são as protagonistas do impulso capitalista em direção a jornadas antigas*

em tempos modernos e em direção à empresa sem sindicato. Estou falando da Walmart – “a maior exploradora de trabalho de menores no mundo”, segundo M. Davis – e da Amazon, mas elas estão em ótima companhia. Quando o rígido código de sigilo imposto por Steve Jobs aos próprios funcionários foi violado, emergiram todos “os podres da Apple”, que não são poucos. Continuando nos Estados Unidos, a Toyota decidiu fechar a planta de Fremont, na Califórnia, para se deslocar para Blue Springs, no Mississippi, onde estava livre para assumir trabalhadores não sindicalizados. Na Europa, a irresistível ascensão da Ryanair está extremamente imbricada com os baixos salários, as longas jornadas e a proibição de sindicalização. Os mesmos critérios foram seguidos pela Marchionne nos estabelecimentos da FCA na Itália; em um deles (em Pomigliano) foi criado até mesmo um departamento-internato especial para os trabalhadores “indesejáveis”. O totalitarismo empresarial invade quase todos os lugares e, em todos os lugares – estou pensando, por exemplo, nos estabelecimentos Fincantieri na Itália e nos Chantiers de l’Atlantique na França –, utilizam-se em larga escala a terceirização e a subcontratação, que, como se sabe, implicam jornadas de trabalho ilimitadas. Se olharmos para o mundo dos infoproletários, descobriremos condições de exploração e de degrado – também em relação ao tempo de trabalho – muito distantes das adocicadas representações dos apaixonados pelo “capitalismo cognitivo”.¹² Com isso, confirma-se plenamente outra tese defendida neste livro: a organização do trabalho industrial é o ponto de referência para a organização do trabalho no chamado setor de “serviços”.

Se uma novidade deve ser destacada é a de que, nos últimos anos, mesmo os Brics estão envolvidos no processo de prolongamento das jornadas. O caso mais flagrante é o do próprio Brasil. E não estou me referindo às oficinas clandestinas da Zara em São Paulo, onde os imigrantes bolivianos e peruanos – incluindo me-